

ANÁLISE DE BALANÇOS E MODELOS CIENTÍFICOS EM CONTABILIDADE

Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá

Dentre os vários critérios que existem para analisar balanços o que melhor pode oferecer opinião confiável é o fundamentado em modelos científicos.

A relação entre a realidade incorrida e os padrões teóricos, todavia, não deve estar limitada a um critério de simples comparação isolada, mas, sim de um vasto estudo de comportamentos entre componentes de sistemas de funções.

Razões e proporções devem ater-se ao regime sistemático, mas respeitando as interações e objetivando a entender o patrimônio sob o ângulo do holismo, ligado aos seus entornos.

Deve-se ainda considerar, como metodologia de aplicação de um modelo, a capacidade de variação, de acordo com a necessidade do exame.

É, ainda, recomendável que sempre se considere uma visão coerente com a finalidade da opinião a ser emitida, como decorrência da análise dos balanços.

**PALAVRAS CHAVES: BALANÇO – ANÁLISE
CONTÁBIL – ANÁLISE DE BALANÇO - MODELOS
CIENTÍFICOS – HOLISMO PATRIMONIAL**

BALANÇO E ANÁLISE CONTÁBIL

O balanço em Contabilidade é uma evidência de equilíbrio de elementos patrimoniais através de: causas, efeitos, tempo, espaço, qualidade e

quantidade; ou seja, é uma ***demonstração gráfica dimensional de fatos patrimoniais***.

As expressões que qualificam o estado balanceado, em geral, têm sido quase sempre, tradicionalmente, as: Patrimonial e de Resultados (embora possam existir vários outros balanços).

Balanço Patrimonial, para designar a apresentação estática da estrutura geral, abrangendo a todos os componentes do “**Sistema da Estabilidade**” (equilíbrio) da riqueza; **Balanço de Resultados**, para evidenciar o “**Sistema da Resultabilidade**” ou do Rédito (acréscimo real do patrimônio por efeito da movimentação).

Na prática são os informes relativos a essas peças referidas as que formam a base das análises, ou seja, as que ensejam as opiniões sobre a situação geral das empresas (estas são as exigidas pelo Código Civil Brasileiro de 2002).

A expressão “**Análise de Balanço**”, entretanto, como “conceito”, tem sido empregada, também em sentido genérico (como equivalente a de análise contábil).

Assim, encontramos tal termo utilizado por insígnies mestres que formaram a base da cultura científica contábil no Brasil, ou sejam, principalmente: Francisco D’Áuria (Estrutura e Análise de Balanço, edição Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1953), Frederico Herrmann Júnior (Análise de Balanços para Administração Financeira, edição Atlas, 1946).

Também o precursor do “aziendalismo latino” (maior corrente científica do século XX na Itália), Alberto Ceccherelli, em sua obra maiúscula de análise, intitulou-a de “A linguagem dos balanços” (Il linguaggio dei bilanci, edição Felice le Monnier, Florença, 1950); igual critério empregou o precursor do “patrimonialismo” (corrente científica de maior aceitação mundial), Vincenzo Masi (Analisi di bilancio delle imprese, edição Zuffi, Bolonha, 1953).

Assim procederam, os grandes líderes intelectuais mencionados, certamente por considerar que a terminologia científica é própria, não se confunde com a comum, foge da vulgaridade, recusa o subjetivo, sendo “objetiva”; consagraram o Balanço, pois, como um universo, dentro do conceito que há séculos é reconhecido e a análise do mesmo como a equivalente à própria estática e dinâmica patrimonial.

“Análise de Balanços”, pois, repito, chegou a mesclar-se, como ainda ocorre, com o conceito de “Análise Contábil”.

ANÁLISE E RELAÇÕES LÓGICAS CONTÁBEIS

Analisar é dividir em partes alguma coisa, visando a conhecer como esta se comporta em seu universo próprio; também abrange a idéia de observar as correlações pertinentes das parcelas com o todo, visando a um sentido de exame, buscando obter julgamentos.

Necessário, pois, é a escolha de um método de qualidade, quando o que se visa é o conhecimento da realidade, esta que é o apanágio do mundo científico.

Portanto, é no fundamento lógico que se pode encontrar solução para tal trabalho.

Na busca de critérios racionais muitos foram os recursos buscados por insignes estudiosos; dentre eles, todavia, o que mais se firmou foi o de “**quocientes**”, especialmente porque não só se tornou o mais cômodo, como, também, consagrou-se como o de maior utilização.

Tal como na lógica, sob o aspecto matemático, em Contabilidade o ***quociente é a expressão de relação entre elementos***, no nosso caso, ***fenômenos ou grupo de fenômenos patrimoniais***.

Conceitos como: “**Quociente de Liquidez**”, “**Quociente de Rentabilidade**” (relações de capacidade de pagamento e capacidade lucrativa) etc. são utilizados com frequência; incorporaram-se ao vocabulário tecnológico de forma geral e inquestionável.

O critério de análise baseado nesses dois fatores de relações, todavia, quando se limita apenas a estas, é incompetente para um julgamento sobre a situação geral da empresa.

Pode, sim, uma divisão isolada de valores (para obter uma idéia de participação relativa), oferecer uma primeira idéia, possuir relativa utilidade, mas, jamais, oferecer condições de emissão de uma opinião plena e segura quanto ao comportamento patrimonial total de um empreendimento.

As relações a serem analisadas devem ser abrangentes e precisam compreender razões de ordem essencial, dimensional e dos entornos ou ambientes da riqueza, aplicáveis a todos os sistemas de funções desta (que entendo sejam oito) para que possibilite um julgamento amplo.

A justificativa de tal procedimento está na necessidade da aplicação da Teoria do Fenômeno Patrimonial (que envolve a teoria dos sistemas de funções), para que uma análise possa deveras gerar uma opinião competente sobre a situação de uma empresa ou instituição.

Não são raros os casos práticos de dificuldades derivadas de análises superficiais, limitadas a relações apenas restritas a alguns elementos do complexo universo das empresas e instituições.

A quantidade de variáveis que existe em cada movimento do patrimônio é grande demais para que possa ser julgada através de poucos elementos.

As relações lógicas relativas aos fenômenos da riqueza precisam ser enfocadas nos estudos de fatos relevantes e mesmo naqueles julgados menores (mas capazes de ensejar graves incidências de ineficácia); é preciso considerar

como ponto central a eficácia, e, como meta final, a prosperidade (esta como resultado de eficácia constante, de tendência contínua).

CRITÉRIO DOS PARADIGMAS OU MODELOS

Um paradigma ou modelo deve representar um alvo a ser atingido, ou seja, o “estado desejável”.

O modelo contábil que me parece ser o conveniente é o defluente de razões e proporções de relações funcionais sistemáticas de eficácia direcionada à prosperidade.

Ou seja, o que é considerado como eficaz (que anula as necessidades) passa a ser instrumento de medição de uma realidade a ser alcançada.

Ou ainda, ideal é que se produza a Eficácia (Ea), esta que ocorre quando as necessidades patrimoniais (Pn) são satisfeitas (= 0) e que a continuidade de tal acontecimento seja ilimitada, resultando, disto a Prosperidade (Ps); ou seja:

$$(Pn = 0) \rightarrow (Ea \rightarrow \infty) \Rightarrow Ps$$

A opinião sobre a conduta de um patrimônio, pois, quando a análise segue a paradigmas, será sempre emitida a partir de um regime comparativo abrangente, logo, aquele que expressa a plena capacidade de satisfação de todas as necessidades patrimoniais da empresa ou da instituição, em caráter permanente.

Tais preocupações começaram a se intensificar a partir da década de 40 do século passado, quer nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil.

Os primeiros modelos comparativos, todavia, foram empíricos, ou seja, obtidos a partir de quocientes cotejados com outros ocorridos em negócios

congêneres, por grupos de atividades (indústrias de alimentos, indústrias químicas, comércio de automóveis, comércio de gêneros alimentícios etc. etc.).

Assim, no ramo de tecidos, compararam-se algumas empresas entre si, tomando as de melhor desempenho como modelos, o mesmo ocorrendo com diversos outros.

Ou ainda, admitia-se, por exemplo, que se as indústrias prósperas obtinham um quociente de liquidez entre 1,6 e 1,8, nesta ocorrência modal estava o paradigma.

Essa primeira tentativa, relativamente válida, baseada em elementos não científicos, diretos e percentuais, com apoio estatístico, comparativa, inspirada em dados de balanços, teve a sua utilidade e despertou o interesse pelos padrões.

Disto Foulke nos deu exuberantes arquétipos, em várias partes de sua obra, como os expostos nas páginas 522 e seguintes (que não foram os exclusivos), tomando como pontos de partida elementos comparativos de balanços, estabelecendo critérios de sondagens sobre alguns comportamentos (FOULKE, Roy A. - Practical Financial Statement Analysis, 2^a. edição McGraw Hill, Nova York, 1950).

A perseguição de modelos, a partir do empírico, foi tão acentuada que diversos autores estadunidenses chegaram a proclamar o quociente de liquidez “dois” (dois dólares de recursos financeiros para cada dólar de obrigações) como sendo o “ideal”.

O avanço no campo da análise criou, portanto, a necessidade de obter parâmetros ou medidas padrões (a isto eu já me referia em minha obra *Análise de Balanço ao Alcance de Todos*, editada no Brasil, pela Editora Atlas, na Argentina pela Editora Selcon e na Espanha, pela Editora Sagitário, nas

décadas de 50 e 60 passadas), porque a pergunta que ficava era sempre a relativa “ao que era bom” ou “qual o quociente melhor”.

Aos poucos, todavia, foram surgindo críticas aos padrões empíricos; severas condenações ao equivocado quociente de liquidez na base padrão de dois por um se multiplicaram.

Isso porque ***a liquidez não depende só do quantitativo de meios patrimoniais de pagamentos, mas, da adequação da velocidade destes em sua relação com as necessidades de pagamentos*** (como comprovei em minha tese de doutoramento na então Universidade do Brasil, em 1964, quando enunciei a Teoria do Equilíbrio, esta editada pela Fundação Getúlio Vargas, em 1965 e anteriormente, em 1959 exposta em minha obra, editada em Belo Horizonte, edição da Orcopla).

Em 1943, o emérito professor Silvio Vianelli, da Universidade de Palermo, na Itália (em sua obra “Analise Economiche Aziendali”, edição CEDAM, Pádua, página 119), foi um dos expoentes que contestou o paradigma estadunidense referido, embora sob enfoque geral, mas, incisivamente.

Em seus argumentos, o emérito autor referido, acenou para a necessidade de considerar diversas variáveis para que se pudesse chegar a um critério de julgamento da capacidade de pagamento ideal, especialmente sob considerações de ordem dinâmica e holística (páginas 9 e 107 da obra referida).

O critério de paradigmas ou ***modelos de comportamentos patrimoniais eficazes, entretanto, quer em doutrina, quer como fruto de pesquisas ou esforços empíricos, de há muito é perseguido no campo da Contabilidade.***

Natural foi, como ainda o é, em todas as ciências, as experiências malogradas, as teorias eivadas de falhas, mas, nunca e em nenhuma circunstância se deve deixar de louvar o esforço despendido para encontrar a verdade.

Ninguém pode negar a falsidade do padrão “dois por um” referido, mas, também, o mérito do esforço em manifestar que modelos se fazem necessários.

Não basta, pois, obter uma relação entre fatos através de quocientes, obrigatório sendo, para o efeito de julgamento, que se compare o resultado com um paradigma indicador de eficácia e prosperidade.

MODELO CIENTÍFICO E NEOPATRIMONIALISMO CONTÁBIL

Um modelo científico estrutura-se em fundamentos epistemológicos; tem por finalidade, contabilmente, em sentido amplo, segundo o enfoca a doutrina Neopatrimonialista:

- definir um sistema de funções patrimoniais;
- determinar correlações de elementos de um sistema de funções patrimoniais;
- sintetizar e avaliar alternativas de correlações e interações entre os componentes de sistemas de funções patrimoniais;
- prever comportamentos e auxiliar planejamentos de ações futuras adotando considerações de probabilidades dentro de uma realidade factível;
- avaliar as magnitudes das variáveis do sistema e realizar prescrições que tragam efeitos desejados sobre as resultantes do sistema;
- facilitar comparações relativas a comportamentos da riqueza;

- ensinar e facilitar controles sobre o governo da riqueza patrimonial;
- facilitar tarefas de auditoria e perícia contábil;
- sugerir comportamentos administrativos.

Como a teoria Neopatrimonialista Contábil é basicamente “sistemática”, são os modelos científicos os que se adaptam aos objetivos da mesma.

Em termos amplos: o desempenho de um sistema de funções patrimoniais, espelhado em um modelo científico (teórico ou quantificado), deve estar definido em termos de interações (relacionamentos recíprocos); quer entre seus específicos componentes, quer em relação a outros sistemas; jamais, todavia, limitado apenas a elementos isolados.

Ainda que a ordem comparativa possa variar, os aspectos diversificarem, o importante é preservar uma ótica analógica ao do holismo (do patrimônio como universo).

O que interessa conhecer é fundamentalmente o que se passa no agregado e nas correlações amplas e não o que isolada e particularmente cada componente de um sistema possa representar (estas as justificativas do apelo para a aplicação lógica das razões e proporções em paradigmas científicos, tais como o Neopatrimonialismo Contábil os sugere).

Não basta, por exemplo, considerar as provisões de materiais como um estudo completo; necessário se faz saber que funções elas desempenham em face da capacidade de pagamento, dos lucros, da eficiência, dos riscos, da continuidade do empreendimento etc. etc. (que são finalidades de sistemas específicos de funções patrimoniais autônomas e concomitantes).

Como todo sistema patrimonial é um conjunto de componentes (do desempenho do mesmo defluindo uma resultante ou consequência de uma convivência), um modelo precisa considerar as relações existentes (quer quanto a resultante e os meios, quer quanto a resultante e as necessidades, quer quanto aos componentes sistemáticos entre si), tanto por interação como por outros efeitos.

Assim, por exemplo, no Sistema da Liquidez é preciso considerar as “necessidades patrimoniais de pagamentos”, os “meios patrimoniais” que são recursos financeiros para cobrir os pagamentos e o que resulta do confronto entre tais componentes do sistema.

Entre os elementos referidos devem existir razões e proporções definidas que são quantificáveis em cada caso, considerados os fatores **dimensionais** (causa, efeito, tempo, espaço, qualidade e quantidade) e aqueles dos **entornos** ou **ambientais** (natureza, pessoal, mercado etc.).

Um apreciável número de variáveis (dependentes e independentes), portanto, precisa ser considerado.

Como um sistema pode ter expressão em linguagem matemática, esta facilita a exposição e, também os cálculos defluentes, quando da quantificação (também, favorecendo a expressão geral, teórica, de um modelo).

MODELO DE SISTEMA DE FUNÇÕES PATRIMONIAIS

As funções patrimoniais são, em realidade, movimentos da riqueza.

Como o movimento provoca mutações ou transformações sucessivas, o caso da aplicação de paradigmas quantitativos em Contabilidade deve ser observado com **relatividade** (isto enseja produzir modelos sob vários ângulos de observação).

Isso não implica desconsiderar a eficácia, mas, apenas a entender como uma satisfação relativa da necessidade (porque o suprimento das necessidades é ilimitado em relação ao tempo ou continuidade de vida de um empreendimento).

As necessidades patrimoniais (P_n) tendem ao infinito, ou ainda, renovam-se e de cada satisfação pode defluir uma nova necessidade.

Ou seja, em tese:

$$P_n \rightarrow \infty$$

Um modelo de Sistema de funções patrimoniais (S), portanto, deve considerar as razões existentes entre a resultante do mesmo (R_s) e as necessidades conhecidas (P_n) (para mensurar uma relação entre o efeito funcional e a capacidade exercida perante a necessidade); deve, também considerar a correlação entre os meios (P_m) e as necessidades patrimoniais.

Pode-se, ainda, alternativamente, estabelecer relações diretas entre a resultante e os meios (se esta for uma opção metodológica), mas, o objetivo tenderá sempre ao conhecimento do comportamento da resultante perante os componentes do sistema.

Uma forte indagação, de qualquer forma, precisa servir de base a estrutura do modelo que deve considerar as causas e efeitos; ou ainda, é preciso estar atento aos comportamentos que justificam a existência do agregado e de suas conseqüências defluentes.

A expressão, pois, poderá ser a de razões e proporções:

$$\frac{R_s S_x}{P_n S_x} \quad \begin{matrix} \cdot \cdot \\ \cdot \cdot \end{matrix} \quad \frac{P_m S_x}{P_n S_x}$$

Ou seja: *a resultante de um Sistema de Funções Patrimoniais (RsSx) qualquer deve estar para as Necessidades Patrimoniais do Sistema (PnSx) assim como os Meios Patrimoniais (PmSx) devem estar para as Necessidades Patrimoniais pertinentes do mesmo Sistema.*

Assim, por exemplo, no Sistema da Liquidez, esta (L) deve estar para as necessidades (Ex) (exigível em curto prazo) assim como os meios (D+R) (disponível e realizável) devem estar para as necessidades (exigível em curto prazo).

$$\frac{L}{Ex} :: \frac{Di + Rz}{Ex}$$

No caso, não se tem como objetivo uma simples divisão de grandezas para encontrar relações, mas, além disto, conhecer todos os elementos que influem nas relações dos componentes patrimoniais de um sistema específico, em base de proporcionalidade (que implica visão dinâmica).

A resultante (Liquidez) medir-se-á relativamente ao que se tem a pagar (Exigibilidades), assim como os meios patrimoniais (Disponível e Realizável) em face do seu comportamento perante as pertinentes necessidades (Exigível em curto prazo).

GENERALIZAÇÃO DO MODELO AOS SISTEMAS DE FUNÇÕES PATRIMONIAIS

Como o património tem utilidades variadas, também possui “funções diversas”, estas espelhadas na capacidade de:

Basicamente:

pagar (liquidez),
obter lucro (resultabilidade),
manter-se em equilíbrio (estabilidade) e
sobreviver e ter vitalidade (economicidade).

De forma auxiliar (como apoio às básicas):

proteger-se contra riscos (invulnerabilidade) e
ser eficiente ou produzir utilização adequada
(produtividade).

Como meta suplementar:

dimensionar-se de forma competente (elasticidade) e
contribuir para os entornos agentes (socialidade).

Tais capacidades são as que justificam a existência de cada um dos “Sistemas de Funções Patrimoniais”, susceptíveis de merecerem Modelos de Eficácia (Paradigmas de satisfação das necessidades de cada um).

A cada um dos referidos agregados a comparação poderá ser entre:

$$\frac{\textbf{Resultante}}{\textbf{Necessidades}} :: \frac{\textbf{Meios}}{\textbf{Necessidades}}$$

Assim, por exemplo, quanto ao regime do Lucro, o Modelo enfocaria:

$$\frac{Ll}{V} :: \frac{V}{IP}$$

Ou seja: o Lucro Líquido (Ll), como Resultante do Sistema, deve estar para as Vendas (V), (estas que são necessárias como recuperações do investido, acrescentadas do lucro), assim como as Vendas (V) devem estar para os Investimentos na produção (IP), estes como necessidades para a obtenção do resultado.

Ou ainda, é preciso considerar que ***se deve lucrar proporcionalmente às vendas como se deve vender proporcionalmente ao investido na produção.***

Se as Vendas aumentam o lucro deve seguir a tendência de crescimento; se os investimentos na produção (fixos e circulantes) crescem, as vendas devem seguir o mesmo ritmo.

No fato exemplificado o “Sistema da Resultabilidade” teria como consideração o Lucro Líquido expurgado de todos os fatores que pesam sobre as Receitas oriundas de “Bens ou Serviços Vendidos”.

Em nosso País, nos cálculos para efeitos de estudos científicos na empresa, inclusive o Imposto de Renda seria uma inclusão a ser feita, pois, não sendo dedutível por um efeito da lei (neste caso debilitando o poder de capitalização da empresa) deve ser considerado como um custo que realmente é.

O modelo poderia, também, obter outro tipo de relacionamento, como critério.

Ou seja, a resultante em razão dos meios e estes em relação às necessidades, no caso IP/V.

Depende da Lógica, da metodologia (como já referido foi) do que se pretende encontrar para a orientação; ou seja, da ótica de observação que se pretende realizar.

De qualquer forma, todavia, o que foi sugerido obedece ao rigor lógico de comparar o que se conseguiu com o que se precisava conseguir.

O que constantemente se deve ter em mente é que ***a resultante de um sistema de funções patrimoniais (Rs) deve guardar relação de eficácia em face das necessidades patrimoniais pertinentes (Pn), assim como os meios (Pm) devem ser suficientes para a cobertura do que se faz necessário patrimonialmente.***

Ou seja:

$$Rs \rightarrow \left(\frac{Pm}{Pn} \geq 0 \right)$$

A resultante deve implicar ou tender a ser uma igualdade ou superação dos meios sobre a necessidade de cada sistema (só assim a eficácia poderá produzir-se).

Todos os modelos até aqui evidenciados, entretanto, são “teóricos”, servindo de orientação genérica em qualquer empresa ou instituição, estejam estas onde estiveram e seja em que época for.

A condição teórica é também a que permite alternativa, como foi visto, mas, jamais, a quebra de uma lógica sob a égide da eficácia e da prosperidade, estas como propósitos essenciais.

MODELO TEÓRICO E MODELO QUANTITATIVO

Os modelos científicos **teóricos** dedicam-se a apresentar “quais” as relações envolvidas em um campo de fenômenos, de forma universal.

São, pois, abrangentes, servindo para qualquer empresa ou instituição, em qualquer parte do mundo, em qualquer tempo.

Possuem, portanto, uma qualidade próxima do **absoluto**.

Os modelos científicos **quantitativos**, todavia, são peculiares, ou seja, partindo do teórico, só se aplicam a uma específica empresa ou instituição, em um lugar certo e em um determinado tempo.

Logo, como aplicações a casos particulares, são **relativos**.

Quando admitimos que o lucro líquido deve estar para as vendas assim como as vendas devem estar para os investimentos na produção, estabelecemos um modelo teórico, universal, que proclama a proporcionalidade que deve existir entre os fatores enunciados.

Se, todavia, traduzirmos em expressões monetárias tal proporção, fixando o “quanto” de lucro líquido deve ser esperado, para um “tanto” de venda fixado e um montante certo de investimento em produção, estabelecemos um modelo quantitativo que só servirá para uma aplicação escolhida como um caso particular.

O modelo de um supermercado teria quantificação diferente em uma siderurgia, como o de uma usina hidroelétrica o terá em relação a um Banco.

Haveria, também, alteração em relação ao local; o modelo de uma indústria mecânica na Itália seria diferente de uma indústria mecânica no Brasil (basta citar apenas o exemplo de dois fatores absolutamente diferentes nesses espaços ; a carga tributária e os juros).

O modelo teórico será o mesmo, mas, o quantitativo se alterará nos exemplos referidos.

O quantitativo deve ser considerado dentro de “probabilidades” de acontecimentos dentro de realidades; possui, portanto, repito, um aspecto “***relativo***” (tais critérios hoje os adotam até ciências que antes se apresentavam como exclusivamente voltadas a precisão; assim, na Física moderna, a partir de teorias como a quântica, de Max Planck, na primeira metade do século passado as coisas muito se modificaram; as controvérsias entre o granular ou feixes da energia e o movimento ondulatório, foram responsáveis por mudanças de metodologias; a consagração do relativo e a aceitação da probabilidade hoje é consagrada por vários ramos do conhecimento humano). A forte influência do risco, ou seja, dos problemas da incerteza que atinge o movimento patrimonial, obriga ao bom senso, ao apelo à ***probabilidade*** nos modelos quantitativos (fato relevante na proteção patrimonial é tratado pela “Teoria do Sistema de Invulnerabilidade”, na doutrina Neopatrimonialista Contábil).

A inflexibilidade não é boa conselheira quando os fenômenos que se consideram são plenos de complexidade (como os patrimoniais), sujeitos a inúmeras variáveis e a cada natureza de organismo em seus espaços e tempos (assim também se procede nas ciências psicológicas e biológicas).

METODOLOGIA PARA A APLICAÇÃO DOS MODELOS NA ANÁLISE CONTÁBIL

A aplicação dos ***modelos científicos quantitativos*** na análise contábil depende de cada caso a ser focado, mas, a parametria é um caminho para mensuração da eficácia.

A fixação de um padrão depende de uma visão realista de cada empresa, de cada instituição e nesta da consideração holística (aquela que vê o patrimônio como um todo e não como uma soma de parcelas apenas, considerado o entorno do mesmo).

Pode-se universalizar as bases teóricas ou ideais de comparações, mas, a quantificação, a conversão em valores, depende de circunstâncias, de um sem número de variáveis.

Assim, por exemplo, a medida da liquidez de um Banco, expressa por um paradigma, nunca será igual, na modelagem, à de uma Siderúrgica, nem esta sequer semelhante será, quantitativamente, a de uma empresa de Seguros.

Isso variará quantitativamente, também quando se considerar o espaço econômico, a qualidade de pessoal etc.

A dinâmica dos capitais é variável, em suas mutações, segundo diversas circunstâncias, principalmente as atinentes aos seguintes fatores:

- a) fluxo financeiro ensejado,
- b) processo da produção dos resultados,
- c) qualidade dos elementos utilizados como meios para a satisfação das necessidades do empreendimento;
- d) estabilidade ou equilíbrio proporcional dos componentes patrimoniais;
- e) aproveitamento adequado dos meios utilizados para a movimentação da riqueza;
- f) proteção contra riscos e transitoriedades;
- g) contribuição atribuída aos agentes que movimentam a riqueza, dimanadas do patrimônio (social, ambiental, humana etc.)

- h) influência do ambiente interno que movimenta o patrimônio e
- i) influência do ambiente externo sobre o comportamento patrimonial.

Todos os fatores mencionados representam necessidades que uma célula social possui, merecendo cuidados especiais quanto à satisfação das mesmas, exigindo que um analista as considere em seus julgamentos.

A seqüência do trabalho técnico, na análise dos balanços, deve, pois:

1. Selecionar os modelos teóricos;
2. Quantificar os modelos teóricos eleitos dentro da realidade;
3. Considerar as probabilidades nas quantificações;
4. Colher os dados pertinentes nas demonstrações contábeis;
5. Comparar as quantificações com as realidades efetivadas ou evidenciadas;
6. Considerar os fatores de mutações, especialmente os agentes que produzem as transformações do patrimônio;
7. Estabelecer as variações das comparações e
8. Buscar conhecer as razões das variações.

A obtenção de quocientes, índices, proporções, estatísticas etc. é base para os estudos, mas, por si só não representa uma conclusão global.

VARIAÇÕES, MODELOS CIENTÍFICOS E RAZÕES SOBRE AS OPINIÕES DO ANALISTA

Observar que algo discrepa de um modelo é apenas um início, para posterior opinião.

Os parâmetros possuem rara importância, produzem imagens de estados ideais, mas, apenas ensejam a reflexão sobre uma realidade defluente do curso dos elementos patrimoniais.

Os desvios devem ensejar, portanto, aprofundamento de verificações.

Conhecer a “causa” ou o porque o modelo, como ideal, foi ou não materializado, é um recurso que só a ciência pode oferecer, exigindo conhecimento de natureza doutrinária e experimental.

Os erros indicados pelas diferenças entre modelo e realidade, podem tanto ter ocorrido na estrutura ou composição de um patrimônio, quanto na dinâmica ou processo de movimentação deste.

Investimentos excessivos (superinvestimentos) ou deficientes (subinvestimentos), financiamentos excessivos (superfinanciamentos) ou falta de recursos financeiros (subfinanciamentos), são falhas comuns que levam aos desequilíbrios de estrutura (sobre esta questão tratei exaustivamente em minha obra “Curso Superior de Análise de Balanço”, em dois volumes, edição Atlas). Lentidão em girar estoques, deficiências na cobrança dos créditos a receber, procedimentos errados nos métodos de produção, tudo isto pode causar erros de dinâmica que agravam as situações.

Partindo de modelos científicos quantitativos é possível localizar os indícios de todos os referidos desequilíbrios.

A perquirição sobre as razões que promovem a ineficácia estrutural ou funcional é tarefa de importância crucial na opinião do analista.

A afirmativa sobre um estado patrimonial, um sistema de funções, ou mesmo a respeito de um elemento isolado, precisa encontrar razões que a fundamente. O método inspirado no holismo, aquele que o Neopatrimonialismo Contábil defende, exige observação global da riqueza patrimonial a partir da essência (necessidade, finalidade, meios patrimoniais e funções), em todas as suas dimensões (causa, efeito, tempo, espaço, qualidade e quantidade) e ambientes que possuem influência como forças agentes (internos e externos).

O que Masi denominou de “equilíbrio dinâmico” (Vincenzo Masi, *Dinâmica Patrimoniale*, edição CEDAM, Pádua, volumes I e II, 1946 e 1947), pode parecer paradoxal (porque o equilíbrio é um conceito de Estática), mas, na realidade foi o prenúncio da visão unívoca, considerada a necessidade do enfoque da continuidade dos empreendimentos (que exige observação global de um todo sob a ótica de um movimento harmônico) como um todo (esta a filosofia do Holismo).

Admitir que um patrimônio possa ser evidenciado apenas por uma demonstração, como se parado estivesse, como se nunca mais fosse prosseguir em seu curso evolutivo, é abandonar a realidade e prejudicar a opinião.

Um desequilíbrio presente, evidenciado em balanço, pode ser apenas o prenúncio de um equilíbrio futuro, pois, é axiomática a hereditariedade dos fenômenos patrimoniais.

Nas empresas de prolongados ciclos de produção (algumas do setor agrícola, de construção naval etc.), por exemplo, a aparência das informações contábeis pode denunciar deficiência transitória, sanável, entretanto, quando ocorrida a Venda do que se encontrava em processo de formação ou produção.

Uma empresa em implantação, se desconhecido tal estado, tem uma aparência de deficiência, mesmo estando eficaz na fase pela qual atravessa; o mesmo

ocorrerá em uma empresa em reorganização ou em modificação de linhas de produção ou instalação de novos pontos comerciais.

HIPÓTESE DE UM MODELO DE EFICÁCIA GLOBAL

O julgamento global sobre a situação de uma empresa ou instituição, através dos elementos contábeis, depende do exame da eficácia de todos os sistemas de funções patrimoniais.

Ou seja, é a eficácia de cada sistema, que contribui para a global, esta como somatório de todas.

Fácil, pois, é deduzir que do modelo adotado para cada sistema (já apresentado neste trabalho) possa emergir o do todo.

Quando ocorre a eficácia da Liquidez, Resultabilidade, Estabilidade, Economicidade, Produtividade, Invulnerabilidade, Elasticidade e Socialidade, existe, em defluência, a eficácia global.

Como cada uma dessas funções é autônoma (pode haver Liquidez e não haver Resultabilidade, pode haver resultabilidade e não haver Liquidez etc. etc.), só a totalidade eficaz pode representar uma qualidade plena.

Com o fundamento em tais argumentos lógicos é possível estruturar uma ***hipótese de modelo global***, como representativo de uma síntese.

Ou seja:

$$\left(\frac{\sum RsS_1^8}{\sum PnS_1^8} :: \frac{\sum PmS_1^8}{\sum PnS_1^8} \right) \rightarrow \left(\sum PnS_1^8 = 0 \right)$$

Onde: O somatório da Resultante (Rs) dos Sistemas todos (S) deve estar para o somatório das necessidades patrimoniais (Pn) pertinentes, assim como os o somatório dos Meios patrimoniais (Pm) em todos os sistemas (S) deve estar para o somatório das necessidades deste (Pn).

Se todos os sistemas de funções patrimoniais são eficazes, assim evidenciados pelas resultantes de cada um, o somatório destas representará a eficácia global; isto dependerá, portanto, de que todas as necessidades estejam satisfeitas ou anuladas.

A avaliação de cada uma das capacidades a serem exercidas pelos sistemas dependerá sempre da consideração sobre uma utilização competente dos meios patrimoniais em face das necessidades e de tal comportamento em relação da resultante disto em face das necessidades, estas que são como um gene do qual o organismo patrimonial decorre para seguir evoluindo.

BIBLIOGRAFIA

BEYER, Robert - Profitability Accounting for planning and control, edição Ronald Press, Nova York, 1963

BIONDI, Mário – Reflexiones sobre los objetivos de los estados contables, em Contabilidad y Auditoria, edição da Universidade de Buenos Aires, n. 7 , Buenos Aires, junho de 1998

BOURQUIN, Gerald-Charles - Le principe de sincérité du bilan, edição GEOR, Genebra, 1976

CASELLA, Carlos Luis Garcia e RAMIREZ, Maria Del Carmen Rodriguez de, como coordenadores e equipe do Instituto de Investigaciones Contables

Alberto Arevalo – Modelos Contables con metodo cientifico, edição Ediciones Cooperativas, projeto de pesquisa, Buenos Aires, 2001-2004

CECCHERELLI, Alberto - Il linguaggio dei bilanci, edição Felice le Monnier, Florença, 1950

FANNI, Maurizio – Manuale di finanza dell'impresa, edição Giuffré, Milão, 2.000

FOULKE, Roy A. - Practical Financial Statement Analysis, 2a. edição McGraw Hill, Nova York, 1950

LECUE, José Maria Bayo – Analisis de los estados financieros, em Tecnica Economica n.º 166, Madri, março de 1999

PIRES, Marco Antônio Amaral e MARQUES, Vagner Antônio - Elementos estruturais da teoria das funções sistemáticas e sua contribuição ao desenvolvimento social, Revista Mineira de Contabilidade nº 13, Belo Horizonte, primeiro trimestre de 2004

RODRIGUEZ, José Maria Requena - El resultado interno de la empresa edições ICE, Madri, 1989

SÁ, Antônio Lopes de – Modelos Contábeis e gestão da capacidade lucrativa, Revista de Contabilidade do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, nº 117, Porto Alegre, Julho de 2004

SCHMALENBACH, Eugen - Dynamische Bilanz, edição G.A. Gloeckner, Leipzig, 1926

SILVA, Amélia Ferreira da e FERNANDES, Raúl Alberto – Indicadores de continuidade das sociedades comerciais, em Revisores e Empresas, edição Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, Lisboa Julho/Setembro de 2003

SILVA, F.V. Gonçalves da - O balanço e a demonstração de resultados, edição Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1974

TRIGO, Francisco Gabas - Tecnicas actuales de analisis contable, edição ICAC, Madri, 1990

VIANELLI, Silvio – Analise economiche aziendali, edição CEDAM, Pádua, 1943

VILARIÑO , Alberto Rodriguez - Estructura funcional del balance y cuenta de resultados para un analisis de la gestión empresarial , em Tecnica Economica, n. 588, Madri, 1997

ZAPPA, Gino - Il reddito di impresa, edição Giuffré, Milão, 1946